

Lei nº 87 de 20 de Agosto de 1948

Que dispõe sobre concessão de pensão a viúva e ex-funcionários.

Raymundo Antunes Soares, Prefeito Municipal de Piedade, usando de suas atribuições, conferidas por Lei:

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Artº 1º Fica a Prefeitura Municipal, autorizada a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) à D. Minervina de Oliveira, viúva de Bento Vieira da Cruz, falecido quando exercia o cargo de zelador covões de cemitério da Sede, a partir de 1º de Julho de 1948.

Artº 2º Fica a Prefeitura Municipal, autorizada a conceder gratuitamente o terreno onde está sepultado o referido funcionário.

Artº 3º Para ocorrer à despesa com a execução do artº 1º fica aberto na Contadoria Municipal, um crédito especial de Cr\$ 900,00 (novecentos cruzeiros).

§ 1º - O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes do excesso da arrecadação, a verificar-se no fim do corrente exercício.

§ 2º Fica a Prefeitura Municipal, autorizada a consignar nos orçamentos futuros, a verba de Cr\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos cruzeiros) para o pagamento da pensão constante do artº 1º.

Artº 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade em 20

S. M. P.

de Agosto de 1948.
Raymundo Antunes Soares. Prefeito Municipal.
pelo Bureau de Camargo. Secretário Contador
Registrado e publicada na Secretaria Municipal
na mesma data supra, de acordo com o original
João Camargo

Lei nº 88 de 12 de Outubro de 1948.

Que dispõe sobre concessão de licença -
prêmio aos funcionários municipais
Raymundo Antunes Soares, Prefeito Muni-
cipal de Piedade.

Faço saber que a Câmara Municipal decre-
ta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O funcionário público, efetivo ou
em comissão terá direito a licença - prêmio
de 3 (três) meses, em cada período de 5 (cinco)
anos de exercício ininterrupto, em que não
haja sofrido qualquer penalidade adminis-
trativa, salvo a de advertência.

§ 1º - Para efeito de licença - prêmio, considera-
se de exercício o tempo de serviço prestado pelo
funcionário em cargo público do Município
qualquer que seja sua forma de provimento, ou
como extramunerário, contratado, mensalista, dia-
rista e taceiro.

§ 2º - O período de licença - prêmio será con-
siderado de efetivo exercício para todos os efeitos
legais e não acarretará desconto algum na ven-
cência ou remuneração.

Art. 2º - Para os fins da presente Lei não
se consideram interrupção de exercício:

a) os afastamentos enumerados no art. 96